



**O MATOPIBA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO TOCANTINS:  
UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE**

**MATOPIBA AND THE TRADITIONAL COMMUNITIES OF TOCANTINS:  
A STUDY FROM THE PERSPECTIVE OF SUSTAINABILITY**

**Ângela Maria SILVA<sup>1</sup>**

**Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)  
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)  
E-mail: angela\_ortoface@hotmail.com  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7673-0069>**

**Francisco Edviges ALBUQUERQUE<sup>2</sup>**

**Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)  
E-mail: fedviges@uol.com.br  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0004-1887>**

**Severina Alves de ALMEIDA Sissi<sup>3</sup>**

**Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)  
E-mail: sissi@faculdefacit.edu.br  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5903-6727>**

**RESUMO**

Sustentabilidade adquire visibilidade quando se trata de projetos que atingem comunidades tradicionais, como o MATOPIBA dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O objetivo foi estudar o Projeto MATOPIBA em sua constituição original, fazendo um contraponto com a realidade atual, notadamente no que diz respeito à sustentabilidade. A metodologia foi pesquisa bibliográfica, a partir dos descritores: MATOPIBA; Comunidades tradicionais; Fronteira agrícola; Sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Em Linguística e Literatura (PPGLit). Graduação em Pedagogia e Odontologia. Mestrado em Educação e Odontologia. Presidente da Mantenedora Mestre em Pedagogia. Professora na pós-graduação da Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT.

<sup>2</sup> Professor Titular da Universidade Federal do Tocantins (UFNT). Pós-doutorado em Linguística (UnB). Doutorado em Letras (UFF). Atualmente é membro Titular do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Estado do Tocantins, representando a Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT. Membro do Comitê Municipal Consultivo de Assistência Emergencial, representando a UFNT. Coordenador do LALI - Laboratório de Línguas Indígenas da UFNT e do NEPPI-Núcleo de Estudos e Pesquisas com Povos Indígenas.

<sup>3</sup> Pós-doutorado em Letras pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (2021). Doutora em Linguística pela UnB (2015). Possui mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela Fundação Universidade Federal do Tocantins UFT (2011). É graduada em Pedagogia pela UFT (2009). Professora titular da Faculdade de Ciências do Tocantins (Facit) Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências do Tocantins. Editora chefe do jornal científico on line JNT - Facit Business and Technology Journal.

Procedimentos: leitura de livros, artigos científicos, Teses, Dissertações e E-books, além de uma vasta literatura disponível em bibliotecas digitais e bancos de dados. Ao final corroboramos a assertiva que as ações do MATOPIBA se realizam de forma descontrolada, colocando em risco a sobrevivência de povos e comunidades que lá vivem, impactando intensamente o bioma Cerrado e a vida em todas as possibilidades.

**Palavras-chave:** MATOPIBA. Sustentabilidade. Comunidades Tradicionais. Indígenas, Quilombolas e Ribeirinhos.

### ABSTRACT

Sustainability acquires visibility when it comes to projects that affect traditional communities, such as MATOPIBA in the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia. The objective was to study the MATOPIBA Project in its original constitution, making a counterpoint with the current reality, notably with regard to sustainability. The methodology was bibliographical research, from the descriptors: MATOPIBA; Traditional communities; Agricultural frontier; Sustainability. Procedures: reading books, scientific articles, Theses, Dissertations and E-books, in addition to a vast literature available in digital libraries and databases. In the end, we corroborate the assertion that MATOPIBA's actions are carried out in an uncontrolled manner, putting the survival of peoples and communities that live there at risk, intensely impacting the Cerrado biome and life in all possibilities.

**Keywords:** MATOPIBA. Sustainability. Traditional Communities. Quilombola, Riverside and Indigenous Peoples.

### INTRODUÇÃO

No limiar do século XXI projetos conhecidos como planos de desenvolvimento agropecuário (PDA) voltados para o incentivo a uma produção agrícola que considere as especificidades regionais deram lugar a cadeias produtivas da agropecuária, e caracterizam-se pelo teor de política forte de incentivo a atividades destinadas ao cultivo da terra (agricultura) e à criação de animais (pecuária). Como exemplo, temos o MATOPIBA, acrônimo criado com as iniciais dos estados do **Maranhão**, **Tocantins**, **Piauí** e **Bahia**, originando uma região de expansão da agropecuária.

A expressão MATOPIBA passou a ser utilizada pelo governo brasileiro para designar uma região alçada à última fronteira agrícola do mundo. Segundo Sicsú e Lima (2000, p. 110), “As áreas de fronteira agrícola no Brasil têm representado historicamente o desbravamento e a incorporação de novas terras ao setor agrícola de variadas maneiras e desenvolvendo atividades também distintas”. Esses autores ressaltam ainda que muitas áreas ainda denominadas de fronteiras já foram incorporadas aos processos agrícolas de produção capitalista, e sendo assim não mais apresentam características típicas dessas regiões.

Com efeito, o MATOPIBA compreende quase a totalidade do Estado do Tocantins, uma parte do Maranhão, o sul do Piauí e o oeste da Bahia (GOMES JUNIOR, 2015). É, pois, uma região predominantemente interétnica e intercultural ocupada por comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhos que habitam em dois biomas importantíssimos, o Cerrado e parte da Amazônia legal brasileira. Um bioma é um conjunto de ecossistemas formados por comunidades biológicas que abrigam organismos da fauna e da flora, tais como florestas tropicais úmidas, pluviais, subtropicais ou temperadas.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade adquire uma visibilidade maior, pois o MATOPIBA é um projeto que impacta verticalmente as comunidades tradicionais e os espaços por estas ocupados, o que justifica estudos que favoreçam um olhar atento para essa demanda. Em todos os quatro estados onde se desenvolvem ações do MATOPIBA encontramos a presença da Amazônia legal e do Cerrado, com rios importantes e ribeirões que são o habitat natural de diferentes povos indígenas, muitas comunidades remanescentes dos quilombos e famílias de ribeirinhos, que vivem do que oferecem esses ambientes naturais.

Nesse sentido, apresentamos esse artigo, que tem como objetivo estudar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA-MATOPIBA), identificando os impactos desse projeto no meio-ambiente natural e na vida das comunidades tradicionais que lá vivem há séculos. O intuito é discutir a questão da sustentabilidade, considerando as populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, que se tornam refém numa situação sobre a qual eles não têm voz nem vez.

A metodologia que permitiu realizar o trabalho é interdisciplinar<sup>4</sup>, desdobrada em pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória, a partir dos descritores MATOPIBA; Comunidades tradicionais; Fronteira agrícola; Sustentabilidade; Biomas Cerrado e Amazônia legal. Os procedimentos foram leitura de livros, artigos científicos, Teses, Dissertações e E-books, além de uma vasta literatura disponível em bibliotecas digitais e bancos de dados SciELO e Google Acadêmico. Ao final corroboramos a assertiva que as ações do MATOPIBA se realizam de forma descontrolada, colocando em risco a sobrevivência de povos e comunidades que lá vivem, impactando intensamente os biomas, notadamente o Cerrado, e a vida em todas as possibilidades.

### **MATOPIBA: CONTEXTO HISTÓRICO, ASPECTOS TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICOS**

O MATOPIBA, desde as últimas décadas do século XX, vem impactando a vida não somente das populações originárias em estados das regiões norte e nordeste do Brasil, mas da biodiversidade, e é conhecido como a última fronteira agrícola. Segundo Miranda, Magalhães e Carvalho (2015), a expressão fronteira agrícola nomeia uma realidade geográfica distinguida pela expansão de novas formas de cultivo, abalizada por tecnologias modernas de alta produtividade. É, pois, o limite final de uma ocupação territorial, conhecido na literatura econômica brasileira como agricultura itinerante. Tema controverso, as bases da agricultura itinerante são discutidas por Furtado (2000), Cano (2002) e Gomes Junior (2015), envolvendo as relações de produção e a oferta de terras e, não obstante, é por isso que essa questão é renovada ao longo dos variados ciclos econômicos e em todas as regiões do país.

Com efeito, transformações no uso e ocupação das terras na área do MATOPIBA se caracterizam por expressivas diferenças em relação ao que eram antes, como é o caso do processo de expansão da agricultura na calha sul da Amazônia, nas décadas de 70 e 80 do século XX, abalizado pelo desmatamento sistêmico. Essa ocupação, num primeiro momento, distinguiu-se por um uso agropecuário de terras de baixa produtividade, tanto em relação os pequenos agricultores (projetos de colonização e assentamentos agrários), como em grandes empreendimentos de pecuária. Levando

---

<sup>4</sup> Interdisciplinaridade (HOUAISS, 2001) quer dizer propriedade de ser interdisciplinar. Interdisciplinar está exposto como o que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento que é comum a duas ou mais disciplinas (Bicudo, 2008, p. 144).

isso para o âmbito do MATOPIBA ocorreram desmatamentos em grande escala e mudanças no uso e na condição fundiária das terras. Nesse sentido, pastagens nativas extensivas e tradicionais, em áreas de campos e cerrados, são substituídas por culturas regulares, implementadas anualmente e intensificadas com novas tecnologias de produção, incluindo a irrigação (Miranda, Magalhães e Carvalho, 2014).

Segundo Miranda, Magalhães e Carvalho (2014), o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA-Matopiba) que se desenvolve nos estados Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia impacta ostensivamente os povos tradicionais que vivem na região. Dados do censo realizado pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil, 2010), informam que a região é ocupada por cerca de 6 milhões de pessoas. A área total é de aproximadamente 73 milhões de hectares distribuídos em 31 microrregiões e 337 municípios. No local existem 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária. O espaço é ocupado também por quilombolas, num total de cerca de 14 milhões de hectares de áreas legalmente demarcadas, além de terras de conservação ainda em fase de regularização (Miranda, Magalhães e Carvalho, 2014).

Com efeito,

[...] O MATOPIBA começou a ser explorado para o agronegócio a partir da década de 1980. Agricultores da região Sul migraram para a região, atraídos pelas terras baratas. Logo, as pastagens extensivas nos cerrados foram substituídas por uma agricultura mecanizada e áreas de irrigação. Porém a ocupação desse território remonta à época da colonização portuguesa no Brasil, com o surgimento de arraiais movidos pela mineração, a criação de gado e a agricultura de subsistência (EMBRAPA, 2016, p. 2).

Uma constatação que percebemos na citação acima é que o bioma do cerrado, antes composto por pastagens extensivas deram lugar a uma agricultura mecanizada favorecida por uma grande área de irrigação, por onde correm caudalosos os rios Tocantins e Araguaia e seus afluentes.

A área de ocupação do MATOPIBA se caracteriza pela incidência de duas estações climáticas bem definidas, a primeira é seca que sobrevém no período de maio a setembro. A segunda é chuvosa e acontece de outubro a abril, com precipitação média anual de 800mm a 2.000mm. Os campos plantados ocupam cerca de oito milhões de

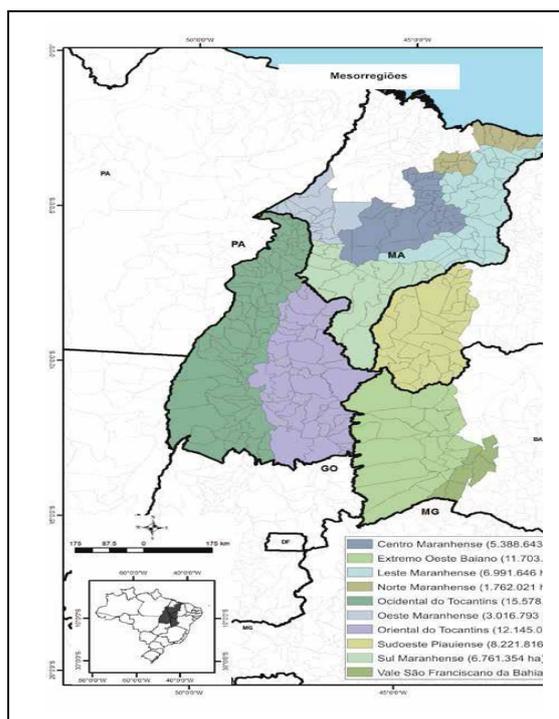
hectares, três dos quais com indicativos de uma evidente degradação (Andrade et al, 2016).

Segundo Bolfe et al (2016):

A realidade agrária da região possui complexa e diferenciada estrutura [...]. Dentro das terras legalmente atribuídas se destacam aproximadamente 170 mil hectares de áreas quilombolas (AQs); 3,3 milhões de hectares de assentamentos rurais (ARs); 4,1 milhões de hectares de terras indígenas (TIs); 6,4 milhões de hectares com unidades de conservação federais (UCsF); e 8 milhões de hectares com unidades de conservação estaduais (UCsE) de proteção integral e de uso sustentável. As AQs representam cerca de 0,25 % da região; os ARs, 4,5 %; as TIs, 5,6 %; e as UCsF e UCsE, 19%. Dessa forma, descontadas as sobreposições espaciais e recor tados os limites específicos dos municípios do Matopiba, especialmente nas UCs, aproximadamente 16 milhões de hectares, ou seja, 22 % de seu território, são de áreas legalmente atribuídas (Bolfe et al, 2016, pp. 40-43).

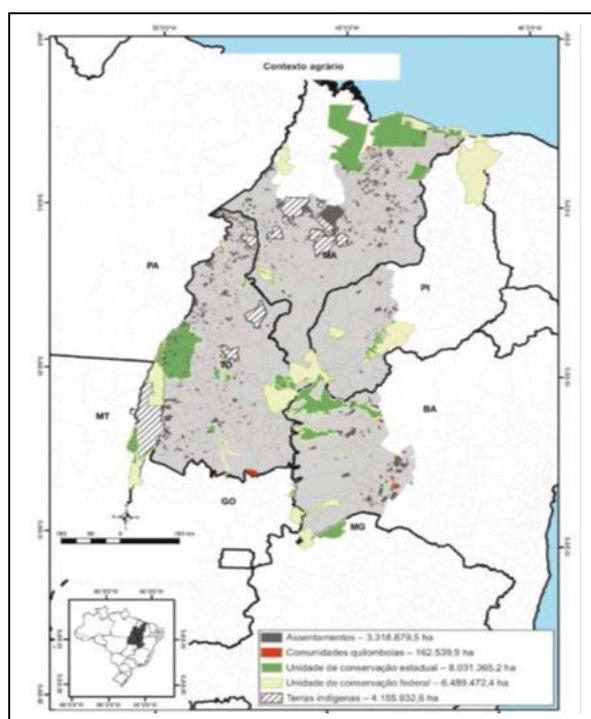
As figuras 1 e 2 a seguir ilustram as áreas legalmente distribuídas.

**Fig. 1 e 2.** Áreas do MATOPIBA.



**Fig. (1).** Distribuição espacial dos 337 municípios das dez mesorregiões do Matopiba.

**Fonte:** Bolfe et al (2016, p. 41).



**Fig. (2).** Áreas quilombolas, assentamentos rurais, terras indígenas e unidades de conservação federais e estaduais do Matopiba.

**Fonte:** Bolfe et al (2016, p. 42).

Os estudos de Bolfe et al (2016) revelam a existência de uma complexa e diferenciada estrutura na realidade agrária da região. Às terras indígenas (TIs) são reservados 4,1 milhões de hectares; às áreas quilombolas (AQs) 170 mil hectares; E aos assentamentos rurais (ARs) 3,3 milhões de hectares. Bolfe et al (2016) destacam os três biomas impactados pelo MATOPIBA informando que o Cerrado se expande por (91,9%), Amazônia (7,3%) e Caatinga (1,7%). Esses autores identificam que a cobertura vegetal natural é formada por savanas (63,6%), áreas de tensão ecológica<sup>5</sup> (15%) e floresta estacional decidual<sup>6</sup> (10,7%).

## OS BIOMAS CERRADO, AMAZÔNIA E CAATINGA E A SUSTENTABILIDADE

Bioma é um conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e que pode ser identificado a nível regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofreu os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna próprias (SANTOS, 2023). São muitos os biomas brasileiros, mas para efeito de nosso objetivo refletimos sobre o Cerrado a Amazônia e a Caatinga, por serem estes sistematicamente afetados pelas ações do MATOPIBA.

Segundo Coutinho (2006) bioma é:

[...] uma área de ambiente uniforme, pertencente a um zonobioma, o qual é definido de acordo com a zona climática em que se encontra. Este conceito considera ainda outros fatores ambientais ecologicamente importantes, como altitude e solo, distinguindo, então, orobiomas e pedobiomas. Um outro fator a ser considerado seria o fogo natural (pirobiomas). Bioma e domínio morfoclimático e fitogeográfico não são sinônimos, uma vez que este último não apresenta necessariamente um ambiente uniforme. O bioma de savana tropical é constituído por um complexo de fitofisionomias, um

<sup>5</sup> “Por tensão ecológica entende-se os contatos entre tipos de vegetação que podem ocorrer na forma de ecótono, quando a transição se dá por uma mistura florística, ou na forma de enclave quando existe uma transição edáfica. Havendo essa transição, ocorre uma interpenetração dos tipos de vegetação. No segundo caso, é um artifício cartográfico usado quando a escala de mapeamento não separa os tipos de vegetação presentes na área, mas indicando sua ocorrência” (Bolfe et al, 2016, p. 40). Um ecótono é uma região resultante do contato entre dois ou mais biomas fronteiriços. São áreas de transição ambiental, onde entram em contato diferentes comunidades ecológicas – isto é, a totalidade da flora e fauna que faz parte de um mesmo ecossistema e suas interações (Prizibiszki, Dicionário Ambiental (2021, on line).

<sup>6</sup> Floresta Estacional Decidual ou Floresta Tropical Caducifólia é um tipo de vegetação caracterizado por duas estações climáticas bem demarcadas, uma chuvosa seguida de longo período biologicamente seco. Ocorre na forma de disjunções florestais, apresentando o estrato dominante macro ou mesofanerófito predominantemente caducifólio, com mais de 50% dos indivíduos despidos de folhagem no período desfavorável. Disponível: <https://ambientes.ambientebrasil.com.br/natural/regioes>. Acesso em 07 de janeiro de 2023.

complexo de formações, representando um gradiente de biomas ecologicamente relacionados, razão suficiente para considerar este complexo como uma unidade biológica (Coutinho, 2006, p. 13).

É muito elucidativa a definição de bioma apresentada por Coutinho, notadamente quando o autor se refere à savana tropical, por ser esta predominante na vegetação natural da região do MATOPIBA, com mais de 63% de área de campos Cerrado. Ademais, o aspecto de savana do Cerrado é sustentado por estudiosos, por exemplo, Goedert (1987) citado por Coutinho (2006, p. 19) afirmando que “[...] a fisionomia savânica ocupa 67% da área do Cerrado, dando unidade geográfica à região”. Em relação aos campos do cerrado, campos sujos e campos limpos<sup>7</sup>, os quais não estão incluídos na fisionomia savânica, somam 12%. Já os cerradões perfazem 10%. Acrescentando os campos cerrados e os campos sujos à fisionomia savânica, chega-se a aproximadamente 80%. “Este amplo predomínio da fisionomia savânica, justificaria considerar-se o Cerrado como um bioma de savana, do ponto de vista fitofisionômico<sup>8</sup>” (Coutinho, 2006, p. 19).

O MATOPIBA também ocupa mais de 7% do bioma Amazônico e quase 2% de Caatinga. Segundo Linhares e Gewandsznajder (1998), o bioma Amazônico ocupa uma área de 4.196.943 Km<sup>2</sup>, correspondendo a mais de 40% de todo o território brasileiro e se caracteriza principalmente por ser uma floresta tropical. A Amazônia perpassa os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, estendendo-se pelos territórios do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins. Ademais, a Amazônia é formada por vários ecossistemas, por exemplo, florestas densas de terra firme, florestas estacionais e de igapós, campos alagados, várzeas, savanas, dentre outros. Apesar da Amazônia ser o bioma mais preservado em nosso país, aproximadamente 16% de sua área já foi irresponsavelmente devastada, o que equivale a duas vezes e meia a área total do estado de São Paulo.

---

<sup>7</sup> Campos sujos e campos limpos são ambientes abertos sem predominância de vegetação arbórea, mas com os campos limpos se caracterizando pela vegetação herbácea baixa, subarbustos e gramíneas, enquanto os campos sujos possuem além das gramíneas e herbáceas baixas outro componente, os arbustos. Fonte: <https://www.ufrgs.br/floracampestre/campo-limpo-x-campo-sujo>. Acesso em 11 de janeiro de 2023.

<sup>8</sup> O termo fitofisionomia é utilizado para designar o tipo de vegetação típica em uma região ou local, descrevendo sua aparência geral e características que podem ser normalmente associadas a ela, mesmo que ocorra em outro lugar. O estudo das fitofisionomias foi crucial para a definição dos biomas globais, permitindo organizar o conhecimento paisagístico da flora, definir o catálogo de espécies típicas de cada bioma e construir planos de manejo e conservação individualizados para cada fisionomia vegetal. Fonte: <https://www.infoescola.com/biologia/fitofisionomias>. Acesso em 08 de janeiro de 2023.

No que concerne à Caatinga, sua incidência é predominante no Nordeste do Brasil e se inseri no contexto do clima semiárido. Várias populações indígenas foram os habitantes da região e a nomeavam assim porque na estação seca quase todas as plantas perdem as folhas, prevalecendo na paisagem uma aparência esbranquiçada e cinzenta dos troncos das árvores. Origina-se, assim, o nome Caatinga (caa: mata e tinga: branca) que significa “mata ou floresta branca”, originado da língua Tupi. Contudo, no período das chuvas a paisagem muda e se transforma, dando lugar a variados tons de verdes (On Line)<sup>9</sup>.

Com efeito, a Caatinga é a única floresta 100% brasileira, ocupando uma área de 844.453 Km<sup>2</sup>. A totalidade de suas fronteiras encontra-se no território brasileiro composto por um patrimônio biológico que não é encontrado em nenhuma outra região do mundo. O bioma se distribui pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Maranhão, bem como parte do norte do estado de Minas Gerais. Ademais, seus limites alcançam outros três biomas, a Amazônia, a Mata Atlântica e o Cerrado (On line)<sup>10</sup>.

Nesse contexto amplo, a Sustentabilidade detém os olhares da comunidade internacional, considerando que o Brasil, a depender de uma política socioambiental efetiva, ou não, pode contribuir para a degradação da biodiversidade do planeta. Isso posto, passamos a refletir sobre sustentabilidade, tendo como foco os impactos do MATOPBA sobre os povos tradicionais. O foco está nas comunidades Indígenas, Quilombolas e Ribeirinhos do estado do Tocantins.

## **A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO TOCANTINS: INDÍGENAS QUILOMBOLAS E RIBEIRINHOS**

Todos os estados onde se instalaram ações do MATOPIBA são reconhecidos pela incidência de uma expressiva população de Indígenas, Quilombolas e Ribeirinhos. No Tocantins, Segundo Muniz (2022), a população indígena é de aproximadamente 14 mil indígenas, distribuídos em nove etnias: Karajá, Karajá-Xambioá, Javaé, Xerente, Apinayé, Krahô, Krahô-Kanela, Avá-Canoeiro, Fulni-ô, Guarani e Pankararu. Cada um

---

<sup>9</sup> Fonte: Bioma Caatinga. Disponível em: <https://www.acaatinga.org.br/sobre-a-caatinga>. Acesso em 08 de janeiro de 2023.

<sup>10</sup> Fonte: Bioma Caatinga. Disponível em: <https://www.acaatinga.org.br/sobre-a-caatinga>. Acesso em 08 de janeiro de 2023.

desses povos busca, a partir de seu histórico de sobrevivência, a preservação da sua vida nativa e de suas tradições culturais. Esses são povos originários, a quem a sociedade não indígena designa como “Guardiões da Floresta”, dado o comprometimento com o meio ambiente natural.

No que diz respeito aos Quilombolas, historicamente muitas dessas comunidades se mantiveram isoladas, vivendo precariamente à margem da assistência de órgãos públicos e demais instituições sociais. Não obstante, conseguiram manter aspectos de sua ancestralidade étnica e cultural, subsistindo como lhes é possível, a partir do plantio de pequenas roças, do que restou da caça e de um extrativismo consciente.

Com efeito, o Governo Federal mediante a Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, reconheceu como Remanescentes de Quilombos 25 Comunidades Tocantinenses. Recentemente, as Comunidades Rio das Almas localizada no município de Jaú do Tocantins, Lajeado de Dianópolis, Dona Juscelina de Muricilândia e Curralinho do Pontal de Brejinho de Nazaré, foram Certificadas como Remanescentes de Quilombos, reconhecimento que, para além de um dever do Estado brasileiro, assume um valor histórico e incontestável da preservação da cultura desses povos (Tocantins, 2021, on line).

Salera Júnior (2010) parte da premissa de que, independentemente do contexto histórico sobre a origem dessas comunidades, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) reconhece que todas são remanescentes de pessoas escravizadas e seus descendentes, sendo, portanto, garantido a cada uma delas o direito às terras que ocupam tradicionalmente. Ademais, esse direito está assegurado no Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil (1988).

No tocante aos Ribeirinhos, estes são habitantes tradicionais das margens de rios, vivendo com as condições oferecidas pela própria natureza, observando os períodos sazonais, adaptando-se às temporadas das chuvas e de seca. São pessoas que têm em sua cultura a prática ostensiva da pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência, mas também praticam o cultivo de pequenas roças, extrativismo vegetal e, mais recentemente, o ecoturismo (Neves, 2005; Rodrigues, 2019). Os Ribeirinhos aos quais nos reportamos nesse manuscrito são, em muitos aspectos, populações que

vivem em assentamentos, quer às margens do rio Tocantins, quer às margens do rio Araguaia.

Com efeito,

[...] As comunidades ribeirinhas apresentam, ainda, um modo particular de vida em vários aspectos, tais como: uso do território, uso e manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas e cooperativas; no estabelecimento das relações sociais de trabalho, bem como, nas relações de compadrio e parentesco (Chaves, 2001) *apud* (Lira e Chaves, 2016, p. 73).

Não obstante, há de se considerar o contexto onde a comunidade se insere se no amazônico, cerrado ou outro, quando essas características assumem singularidades regionais específicas, dependendo de fatores étnicos e socioculturais.

Cada uma dessas categorias populacionais convive num contexto onde interagem diferentes atores sociais que, apesar das especificidades de cada grupo, têm em comum uma relação singular com o ambiente natural, de onde retiram o necessário par sua subsistência. Outro aspecto que os diferenciam da sociedade dominante é o cuidado com a preservação da natureza, numa relação simbiótica, pois sabem que se a destruir estarão colocando em risco a própria vida. Aqui a questão da sustentabilidade adquire uma importância crucial, quando essas populações em situação de vulnerabilidade ficam refém de uma circunstância que foge do controle.

No caso dos indígenas do Tocantins é recorrente sua mobilização sempre que algo ameaça a vida em suas comunidades, por exemplo, os impactos socioambientais provocados pela construção e inauguração a Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão em 2008. Nesse sentido, apresentamos no excerto a seguir um posicionamento dos indígenas contrários à aprovação da PEC 2015/2000.

### Excerto 1

Nós lideranças indígenas dos povos; Mundurucu, Krahô, Xerente, Apinajé, Carajá Xambioá, Avá Canoeiro e Canela do Tocantins, somando mais de 200 pessoas mobilizados no período de 07 a 10 de dezembro de 2015 em Brasília (DF), vimos a público manifestar nossa indignação e protesto contra a aprovação da PEC 215/2000 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados no dia 27/10/2015. Mais uma vez viemos à Brasília manifestar e reafirmar nossa posição contrária a essa matéria absurda (PEC 215/2000) que propõe alterar a Constituição Federal para atender interesses políticos e econômicos do setor ruralista conhecido historicamente por práticas truculentas e crimes de grilagem de terras, de trabalho escravo, genocídio das etnias indígenas e pistolagem. Esse setor também é o

principal responsável pelo desmatamento da Amazônia e do Cerrado, pelos assassinatos de lideranças indígenas, quilombolas e camponeses, pelos conflitos violentos nos Estados Mato Grosso do Sul, na Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão e outras regiões do Brasil. Nosso protesto se estende também ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, que junto com parlamentares das bancadas ruralistas são responsáveis pela implantação do Programa de “desenvolvimento” **MATOPIBA nos Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, ser for consolidado esse Programa destruirá totalmente áreas de Cerrado que são vitais para manutenção e conservação de mananciais e nascentes de águas que abastecem regiões Norte, Nordeste, e Centro-Oeste do País** (Brasil, 2015, on line)<sup>11</sup> (Destaque em negrito nosso).

No mesmo documento em referência, os indígenas reafirmam que são contra o MATOPIBA, pois é parte da ofensiva de uma política predatória promovida por grupos econômicos ligados ao agronegócio que se limita, a qualquer custo, enfraquecer a FUNAI e abrir as terras indígenas para continuarem explorando de forma irresponsável os territórios, visando a lucros desprovidos de qualquer compromisso com o meio ambiente.

Vejamos como se manifesta o Conselho Indigenista Missionário CIMI (2017):

### Excerto 2

**MATOPIBA: projeto de destruição do Cerrado:** Uma área de mais de 73 milhões de hectares, que corresponde a 8,5% do território brasileiro, foi transformada na última fronteira agropecuária do Brasil pelo Governo Federal. Nela estão inseridas **46 unidades de conservação ambiental, 36 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas**. Empresários de vários países já manifestaram interesse em participar deste megaprojeto do agronegócio (CIMI/Heck e Menezes, 2017, on line) (Destaque em negrito nosso).

Como muito bem aponta o CIMI, órgão comprometido com a defesa dos indígenas brasileiros, o MATOPIBA atua em áreas que por lei devem ser não somente preservadas, mas também cuidadas pelo poder público. Todavia, os interesses econômicos prevalecem sobre os direitos de cada comunidade, seja indígena, quilombola ou ribeirinha, de modo que a autodeterminação, princípio que garante a qualquer povo o direito de autonomia de fazer suas escolhas sem intervenção externa, não é respeitado.

<sup>11</sup> Documento Final das Mobilizações Indígenas em Brasília. Povos indígenas de Tocantins e Pará mobilizados em Brasília contra a PEC 215, o MATOPIBA, as Hidrelétricas e as CPIS do CIMI E FUNAI. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2015/img/12-dez/documentofinal.pdf>. Acesso em 09 de janeiro de 2023.

A partir do momento em que o MATOPIBA invade as terras desses povos originários, desmatando e impetrando o agronegócio cuja principal característica é uma monoagricultura, todo ambiente natural se ressentido, campos cerrados, caatingas e áreas onde prevalecem aspectos da Amazônia legal. Nesse sentido, os danos socioambientais tornam-se um problema, na medida em que as ações do Plano de Desenvolvimento Agropecuário, visto como a última fronteira agrícola, não se orienta sobre nenhum protocolo que favoreça a preservação do meio ambiente natural.

Na perspectiva de Quirino (2018) a FIAN Brasil<sup>12</sup>, Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, conforme relatório publicado em 2018 analisa os impactos socioambientais e o desrespeito aos direitos humanos provenientes da expansão descontrolada do agronegócio e, conseqüentemente, pela especulação de terras na região Norte e Nordeste do Brasil, denominada MATOPIBA.

Ademais, a região é sistematicamente refém “[...] de uma expansão agressiva do agronegócio, notadamente de monoculturas de soja, que trazem em seu bojo a expropriação de comunidades rurais e destruição ambiental” (Quirino, 2018, on line).

Ainda de acordo com o relatório da FIAN Brasil analisado por Quirino (2018), são indiscutíveis as violações dos direitos humanos e a destruição ambiental nessas áreas, evidenciando os impactos causados pela expansão do agronegócio e pela especulação de terras na região do MATOPIBA. Os resultados da FIAN mostram que as populações locais sofrem com as graves conseqüências do desmatamento sem controle, da perda da biodiversidade e da contaminação generalizada do solo, da água e do gado, por agrotóxicos.

## **O MATOPIBA E A PRESSÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE**

Segundo a EBRAPA (2015), a expansão da produção agrícola tem impactado sobremaneira a preservação da vegetação na área do MATOPIBA, que abriga as últimas áreas nativas de cerrado, bioma que ocupa mais de 90% do território. Nos últimos anos,

---

<sup>12</sup> FIAN é uma sigla inglesa que significa: "Rede de Informação e Ação pelo direito de alimentar-se". É uma organização internacional de Direitos Humanos com base no "Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais" - em vigor a partir de 3 de janeiro de 1976 que luta pelo direito de se alimentar. Ela tem membros (grupos/pessoas) em mais de 50 países nos cinco continentes, que se articulam em uma rede de apoio e solidariedade. Fonte: <http://www.dhnet.org.br/direitos/dhesc/livro/oquee.html>. Acesso em 09 de janeiro de 2023.

grandes extensões de terras foram desmatadas por pequenos e médios produtores, promovendo desmatamentos ilegais e plantio sem manejo adequado. Ainda de acordo com a EMBRAPA, a tendência é que a expansão nessas áreas ocorra, sobretudo, nas terras de pastagens naturais, convertendo áreas destinadas à pecuária em lavouras. “Para que o equilíbrio de processos ecológicos na zona rural seja mantido é necessária a destinação de áreas de proteção com cobertura natural, de forma a cumprirem sua função de conservação e proteção da fauna e da flora originais” (EMBRAPA, 2015, on line).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de preservação da biodiversidade a região de incidência do MATOPIBA conta com 46 Unidades de Conservação consolidadas totalizando uma área protegida de 8.838.764 de ha (12,08% da área total), uma área muito pequena se pensarmos na área total da região e na importância que ela representa em termos de biodiversidade e de recursos hídricos, pois engloba regiões hidrográficas de extrema importância para o abastecimento dos estados do norte e nordeste brasileiro. São elas a Bacia do Tocantins-Araguaia, Bacia do Atlântico – Trecho Norte/Nordeste e Bacia do Rio São Francisco, os principais rios dessas bacias presentes na região são: Araguaia, Tocantins (EMBRAPA, 2015).

A EMBRAPA (2015) ressalta ainda que os estados onde se desenvolvem as ações do MATOPIBA são áreas de transição entre diferentes tipos de vegetação compostas de ecótonos, zonas muito frágeis a agentes externos, pois as espécies presentes em ecótonos geralmente são adaptadas somente às condições e características ambientais típicas dessas áreas. Com efeito, as áreas de transição presentes nos estados do MATOPIBA englobam os ecótonos Cerrado-Amazônia, Cerrado-Caatinga, Cerrado-Mata de Cocais e Cerrado-Pantanal. São, pois espaços de grande biodiversidade e notada fragilidade que sofrem e continuarão sofrendo muitos impactos. O que se propõe é que ocorra uma política envolvendo a comunidade científica e os responsáveis pela expansão do MATOPIBA no sentido de proteger essas áreas, celeiro de espécies de alto valor ecológico e também econômico, as quais podem simplesmente desaparecer sem ao menos terem sido estudadas.

Nesse sentido, a responsabilidade recai sobre todos, tanto os que estão diretamente ligados à expansão das ações do MATOPIBA, quanto da sociedade em geral, pois os impactos se fazem sentir para todos. Afinal, o compromisso é com as gerações futuras, as quais se constituem assim como as comunidades tradicionais estudadas nesse artigo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. G.; BOLFE, E. L.; VICTORIA, D. D.; NOGUEIRA, S. F. Geotecnologia: recuperação de pastagens no cerrado. **Agroanalysis**. Fev. 2016. Vol. 10, p. 30-33, 2016. Disponível: <https://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 07-jan-2023.

BICUDO, M. A. V. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.** São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 137-150, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br>. Acesso em 03 de janeiro de 2023.

BOLFE É. L.; VICTÓRIA, D. C.; CONTINI, E.; BAYMA-SILVA, G.; SPINELLI-ARAÚJO, L.; GOMES, D. Matopiba em crescimento agrícola Aspectos territoriais e socioeconômicos. **Revista Política Agrícola**. Ano XXV – Nº 4 – Out./Nov./Dez. 2016. Pp. 38-62. Disponível e: <https://seer.sede.embrapa.br>. Acesso em 07 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Documento Final das Mobilizações Indígena em Brasília**. Povos indígenas de Tocantins e Pará mobilizados em Brasília contra a PEC 215, o MATOPIBA, as Hidrelétricas e as CPIS do CIMI E FUNAI. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/funai>. Acesso em 09 de janeiro de 2023.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **O MATOPIBA – A destruição do Cerrado**. Egon Heck e Laila Menezes, do Secretariado Nacional do Cimi. Disponível em: [https://cimi.org.br/2017/12/Porantim-382\\_JanFev-2016.pdf](https://cimi.org.br/2017/12/Porantim-382_JanFev-2016.pdf). 2016. Acesso em 09 de janeiro de 2023.

COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. **Acta bot. bras.** 20(1): pp. 13-23. 2006. Versão eletrônica do artigo em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 07 de janeiro de 2023.

EMPRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Grupo de Inteligência Territorial Estratégica**. 20 15. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 27<sup>ed</sup>. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 2000.

GOEDERT, W. J. **Solos dos Cerrados**. Tecnologias e estratégias de manejo. Brasília, Nobel, São Paulo e Embrapa. 1987.

**O MATOPIBA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO TOCANTINS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE**. Ângela Maria SILVA; Francisco Edviges ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2024 - MÊS DE JULHO- Ed. 52. VOL. 01. Págs. 03-19. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: [jnt@faculdefacit.edu.br](mailto:jnt@faculdefacit.edu.br).

GOMES JÚNIOR, E. Aspectos da agricultura subdesenvolvida como crítica à tese da última fronteira: estudo sobre o MATOPIBA. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, julho/dezembro 2015, p. 351 a 371. ISSN 2358-4556. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br>. Acesso em 04 de janeiro de 2023.

HOUAISS. **Dicionário Da Língua Portuguesa**. <https://sistema.bibliotecas-bd.digital.fgv.br>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

LINHARES, S. & GEWANDSZNAJDER, F. *Biologia Hoje*. **IBAMA** / Vol 3. São Paulo: Ática, 1998.

MINGOTI, R.; BRASCO, M. A.; HOLLER, W. A. LOVISI FILHO, E.; SPADOTTO, C. A. **MATOPIBA**: caracterização das áreas com grande produção de culturas anuais. Campinas-SP | 21 de Julho | 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br>. Acesso em 13 de dezembro de-2022.

MIRANDA, E. E.; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. **Nota Técnica nº 1**, Campinas, SP. Maio, 2014.

NEVES, J. G. Ribeirinhos, desenvolvimento e a sustentabilidade possível. **Revista P@rtes**. ISSN 1678-8419. 2005. Disponível: <https://pt.wikipedia.org>. Acesso em 09 de janeiro de 2023.

PENA, R. F. A. Fronteira Agrícola do Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/fronteira-agricola-brasil.htm>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

PRIZIBISZKI, C. **Dicionário Ambiental**. ON LINE. 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/tag/dicionario-ambiental>. Acesso em 08 de janeiro de 2023.

QUIRINO, F. Relatório sobre o Matopiba aponta impactos ambientais e sociais da financeirização de terras. **FIAN International**. Willy-Brand-Platz 5 69115 Heidelberg/Alemanha. 2018. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br>. Acesso em 09 de janeiro de 2023.

RODRIGUES, Á. F. A. C. Consumo na e da natureza: políticas ambientais e práticas de turismo na ilha do Combu. **Paper do NAEA**, 2019, Volume 28, Nº 3 (453) ISSN 15169111. Pp. 1400-1418.

SALERA JÚNIOR, G. **Quilombolas do Tocantins**. 2010. Disponível em: <https://vivoverde.com.br/quilombolas-do-tocantins>. Acesso em 08 de janeiro de 2023.

SANTOS, V. S. O que é bioma? **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-bioma.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2023.

**O MATOPIBA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO TOCANTINS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE**. Ângela Maria SILVA; Francisco Edviges ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2024 - MÊS DE JULHO- Ed. 52. VOL. 01. Págs. 03-19. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: [jnt@faculdefacit.edu.br](mailto:jnt@faculdefacit.edu.br).

SICSÚ, A. B.; LIMA, J. P. R. Fronteiras Agrícolas no Brasil: A Lógica de Sua Ocupação Recente. **Nova Economia** I Belo Horizonte I v. 10 I n. 1 I jul. 2000. Pp. 109-138. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br>. Acesso em 11 de janeiro de 2023.

TOCANTINS. 25 Comunidades Quilombolas do Tocantins possuem certificação na Fundação Cultural Palmares. **Ascom - Seciju**. publicado: 19/05/2010 14:30:00 - atualizado: 15/05/2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom>. Acesso em 08 de janeiro de 2023.

WWF. Fundo Mundial para a Natureza. **Por dentro do MATOPIBA**. Disponível em: [https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/livreto\\_MATOPIBA\\_pt\\_final.pdf](https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/livreto_MATOPIBA_pt_final.pdf). Acesso em 13 de dezembro de 2022.